

# Eleição vai ter enxurrada de candidatos

Previsão é dos próprios políticos, que antevêem influência do poder econômico

O eleitorado do Distrito Federal terá de escolher candidatos uma das 24 cadeiras que serão colocadas em disputa na futura Câmara Legislativa, em um universo de mais de mil postulantes, pertencentes a diversos partidos políticos. A campanha para os cargos parlamentares deverá demonstrar que a maioria dos que se arvoram em candidatos, sequer tem capacidade de articular algumas frases, quanto mais de sustentar qualquer posição em um debate no plenário do Legislativo.

“Val haver centenas de candidatos” — confirmou o deputado Jofran Frejat (PFL/DF). Em sua opinião, “demorará ainda algumas eleições para que muita gente que pensa ter foto, reconheça que é apenas conhecida”. Cada uma das legendas que disputar o pleito terá o direito de indicar, além dos candidatos a governador e vice, 18 candidaturas a deputado distrital, mantidas as atuais regras eleitorais. Na eleição passada, concorreram 240 pessoas, distribuídas por 22 partidos políticos. Mantido o mesmo número de siglas para o próximo pleito, poderão vir a concorrer 1 mil 056 candidatos.

O poder econômico certamente tentará influir na eleição da primeira Câmara Legislativa, uma vez que além da Lei Orgânica do Distrito Federal, os parlamentares distritais poderão produzir outras leis. Os deputados distritais deverão discutir temas de importância capital, como o uso das terras públicas, gabarito de construções e a realização de grandes obras no DF.

Por isso, o empresariado certamente procurará eleger seus representantes, de modo a poder influenciar decisões. “O poder econômico não é decisivo para a eleição de um parlamentar no DF, mas certamente vai conseguir eleger algum deputado” — prevê o presidente do PMDB/DF, Milton Seligman.

Os atuais senadores e deputados federais vão participar da campanha para Câmara Legislativa. Afinal, os deputados distritais vão se constituir em suas bases eleitorais mais fortes. Cinco partidos despontam como os que têm maiores chances de eleger candidatos: PDT, PMDB, PFL, PCB e PT. Este, reconhecem os adversários, deverá ser a grande revelação do próximo pleito, podendo eleger até quatro deputados. Entre os nomes de candidatos petistas mais fortes estão o de Chico Vigilante, Pedro Celso, Orlando Carliello e Maria Laura.

No PDT, a questão continua sendo descobrir como transferir o carisma do senador Maurício Corrêa para os demais candidatos do partido. O partido já incumbiu uma equipe de economistas e administradores de preparar um paper (anteprojeto de programa de governo) para ser defendido por Maurício — caso se lance candidato ao governo — e pelos candidatos pedetistas à Câmara Legislativa.

Entre os postulantes estão Hélio Doyle, Brígido Ramos, José Oscar Pelúcio, Herlida Balduino, Geraldo Vasconcelos, José de Ribamar, Maria Leônico e Benício Tavares. O desem-

penho do PDT dependerá da força que o senador conseguir transferir à legenda.

Os comunistas poderão vir a se coligar. Pelo PC do B, há pelo menos uma candidatura já colocada: a de Paulo Cassis. O PCB, que tem entre seus bastiões políticos os Sindicatos dos Bancários e o de Trabalhadores em Águas e Esgotos, pretende eleger ao menos um deputado. O dirigente partidário, Carlos Alberto, se não vier a concorrer ao GDF, disputará uma vaga na Câmara Legislativa.

No PMDB, o presidente do partido, Milton Seligman pretende ser candidato a deputado distrital. Além dele, outros nomes com possibilidades de concorrer à Câmara Legislativa são os de Marco Antônio Campanella, Paulo Nardelli, Joselito Correia, Paulo Campos, Galvão Domingos, José Quintas, Brasil Américo, Fernando Tolentino, José Eustáquio, Carlos Magalhães e Pedro Alves. Podem também receber legenda os postulantes a indicação para candidato a governador que forem preteridos na convenção. Trabalhando unido, o partido poderá garantir a eleição de até 12 parlamentares.

A eleição de sete a oito deputados é a “expectativa realista” que lideranças do PFL nutrem quanto ao desempenho do partido na campanha para a Câmara Legislativa. Seus principais candidatos, são: Eurides Brito, Paulo Goiás, Flávio Cury, Heitor Reis, Clarindo Rocha, Rubens Dutra, Adolfo Lopes e José Teixeira.

## TRE atualiza serviço

Desde as eleições de novembro de 1986 o Serviço de Coordenação Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral trabalha no sentido de atualizar-se, ao máximo, em matéria de leis da Justiça Eleitoral. Naquela época, tudo era novo, inclusive a eleição no DF e vários partidos políticos tiveram milhares de fichas devolvidas pelo TRE, que constatou irregularidades.

A Lei Orgânica dos Partidos Políticos (5682/71), em seu Artigo 35, dissipa qualquer dúvida sobre convenções e número de eleitores. Diz o texto: “Poderão constituir-se diretórios somente nos municípios em que o Partido conte, no mínimo, com o seguinte número de filiados, em condições de participar da eleição: I — 2 por cento do eleitorado dos Municípios até mil eleitores; II — os 20 por cento do item I e mais 5 para cada mil eleitores.

nos Municípios de até 50 mil eleitores;

III — os 270 do item anterior e mais 2 para cada mil eleitores, nos Municípios de até 200 mil eleitores;

IV — os 670 do item anterior e mais 1 para cada mil eleitores, nos Municípios de até 500 mil eleitores;

V — os 1 mil 170 do item anterior e mais 1 para cada 2 mil eleitores, nos Municípios de mais de 500 mil eleitores.

Como Brasília não tem municípios, conforme especifica a lei, as cidades-satélites foram divididas em zonas, assim distribuídas:

1ª Zona — Plano Piloto, Lago Sul e Norte; 2ª Zona — Paranoá; 3ª Zona — Taguatinga; 4ª Zona — Gama; 5ª Zona — Sobradinho; 6ª Zona — Planaltina; 7ª Zona — Brazlândia; 8ª Zona — Ceilândia; 9ª Zona — Guará; 10ª Zona — Núcleo Bandeirante; e, 11ª Zona — Cruzeiro.

De acordo com a Lei, o número de eleitores para cada zona está assim determinado:

1ª Zona — 613 filiados para um mínimo de 171 mil 634; 2ª Zona — 77 filiados para 11 mil e 54 eleitores; 3ª Zona 524 para 127 mil e 29 eleitores; 4ª Zona — 418 para 74 mil 401; 5ª Zona — 231 para 42 mil 276; 6ª Zona — 158 para 27 mil 677; 7ª Zona 108 para 15 mil 703; 8ª Zona 579 para 154 mil 657; 9ª Zona 381 para 55 mil 690; 10ª Zona 128 para 21 mil 691; e, 11ª Zona — 174 para 30 mil 968.

Há muita contradição entre os dados oficiais divulgados pelo Tribunal Regional Eleitoral, com relação ao número de filiados em cada partido. O PDT, por exemplo, consta na relação do TRE com pouco mais de 7 mil inscritos, mas a liderança da legenda na Câmara garante que são mais de 12 mil, e pretendem alcançar os 50 mil.

## OS NÚMEROS DA FILIAÇÃO

PMDB	PDT	PL	PT	PFL	PTB	PSB
13.180	7.122	2.352	2.189	1.778	1.434	631
PSC	PDS	PMB	PMN	PMC	PDC	PRP
568	360	137	94	66	59	18



Joselito: 50 mil filiados

### PMDB Partido é o maior

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) realizará, no próximo dia 27, sua convenção regional. A legenda, segundo dados fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral, é o que apresenta maior número de filiados no Distrito Federal: 13 mil 180. Segundo o secretário-geral do Diretório Regional, Joselito Correia, “atualmente o número de filiados varia de 45 a 50 mil”.

Organizado nas 11 zonas eleitorais, o PMDB espera repetir o desempenho conseguido nas eleições de novembro de 1986, quando eleger o senador Meira Filho com mais de 230 mil votos e o senador Pompeu de Souza, com quase 155 mil. Para a Câmara dos Deputados, o partido saiu-se vitorioso com Geraldo Campos e Márcia Kubistschek, com mais de 20 mil votos, e Francisco Aguiar Carneiro, com pouco mais de 18 mil.

O presidente do Diretório Regional, Milton Seligman, que ocupa, atualmente, a secretaria-geral do ministro da Ciência e Tecnologia estando, naturalmente, ligado ao titular Luiz Henrique, ex-líder do PMDB na Câmara dos Deputados.

Apesar do desgaste sofrido pelo partido, após posições assumidas pela maioria de seus componentes na Assembleia Nacional Constituinte, o partido sempre cresce em época de eleições. Prova disto são os números. Com quase 50 mil extraoficialmente, é de se esperar um bom desempenho nas próximas eleições.

### PDS

#### O mais antigo

O Partido Democrático Social (PDS) disputa com o PMDB o título de antiguidade em matéria de atuação partidária e de presença marcante no cenário político nacional. Oficialmente, o PDS tem hoje 360 filiados no Distrito Federal, mas segundo o Diretório Regional, já corta com mais de 4 mil e 400. O presidente Carlos Alberto Zakarewicz, ligado ao deputado Victor Faccioni (PDS-RS) e ao senador Jarbas Passarinhos (PDS-PA), diz que legenda tem chances no pleito.

### PDT

#### Maioria é a meta

O Partido Democrático Trabalhista (PDT) é o segundo maior em número de filiações. São 7 mil 122 fichas cadastradas e o objetivo é atingir 50 mil. Segundo dados do TRE, a legenda apresentou, no ano passado, um crescimento neste setor passando de 12 mil vinculações. O nome mais expressivo do partido é o do senador Maurício Corrêa, eleito em 1986, com 197 mil votos, e candidato em potencial ao Governo do Distrito Federal. Lideranças acreditam em uma “maioria respeitável”.

### PT

#### Único em ordem

O Partido dos Trabalhadores (PT) é, hoje, o único que mantém o número de filiados de acordo com estatística do Tribunal Regional Eleitoral, datada de setembro do ano passado. São 2 mil 189 pessoas cadastradas pela legenda. Com seu diretório regional instalado em Brasília desde a legalização do partido, em 1980, o PT está realizando, agora, um trabalho muito mais voltado para a programação partidária do que para a conquista de simpatizantes.



Reis: um dos nomes do PFL

### PFL

#### Aparecem nomes

O Partido da Frente Liberal (PFL), que realizou convenções nas 11 zonas eleitorais em fevereiro passado, prepara-se, agora, para eleger novo diretório, no próximo dia 10 de abril, quando ocorrerá a Convenção Nacional do partido. Estruturado em todo o DF, cobrindo as divisões do Plano Piloto a Planaltina, a legenda conta, extraoficialmente, com quase 20 mil filiados. Este contingente é a força de possíveis candidatos ao futuro pleito, como o atual diretor do Detur, Heitor Reis.

### NANICOS

#### Em crescimento

A maioria dos chamados partidos nanicos continua com registro provisório na Justiça Eleitoral. Apesar das irregularidades, as legendas pequenas — num total de 12 — possuem diretórios zonais organizados, o que facilita o trabalho em época de pleito. Nesta condição, encontra-se o Partido Comunista do Brasil (PC do B), que está agindo junto ao Tribunal Superior Eleitoral, no sentido de conseguir seu registro definitivo.

O Partido Socialista Brasileiro (PSB), com mais de 5 mil filiados; e o Partido Democrata Cristão, cujo presidente do Diretório Regional Alberto Pêres, garante que tem 6 mil vinculados, também compõem a lista dos “nanicos”, que buscam um espaço maior no cenário político local.



## GDF estuda local para Assembleia

A aprovação do plenário da Assembleia Nacional Constituinte à autonomia política para o DF deverá mobilizar o GDF em torno de uma questão tão importante quanto a definição da data da primeira eleição para governador: a construção da sede da Assembleia Legislativa. Segundo o secretário de Viação e Obras, Carlos Magalhães, o assunto tem sido tema de conversas com o governador José Aparecido, cuja intenção seria a de deixar ao seu sucessor o projeto da obra pronto.

Para Carlos Magalhães, o assunto deverá ser discutido com maior profundidade de agora em diante, pois caso se confirmem eleições em novembro, restaria pouco menos de 9 meses para definição do projeto e aprovação no Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente (Cauma). “Certamente o governador assumirá e dará as diretrizes para a elaboração do projeto”, afirmou.

### LOCAL

O secretário de Viação e Obras disse que não existem estudos preliminares a respeito, mas que a iniciativa da obra será exclusividade do GDF. “Estes estudos preliminares dependem basicamente do levantamento das necessidades do prédio que abrigará a nova legislação”, explicou.

Com relação à definição do local da sede, Carlos Magalhães disse que o mais lógico seria nas proximidades do Palácio do Buriti e do Tribunal de Justiça, “formando aquilo que poderia vir a chamar-se de Praça da Municipalidade”. Dentro desta perspectiva, a obra poderia local-se em terreno atrás do Memorial JK.

## “Quanto mais cedo, melhor”

O empresário Wigberto Tartuce, diretor de marketing da Encol, classificou ontem a decisão da Constituinte que garantiu autonomia política para o DF de “simplesmente espetacular”. Anímad, Tartuce destacou o fato de a cidade agora “poder caminhar sobre as próprias pernas” e defendeu eleições diretas já: “Quanto mais cedo, melhor”.

O empresário acrescenta que a autonomia deve ser estendida às cidades-satélites na escolha do administrador regional e sugeriu a procura de práticas democráticas — “quaisquer que sejam elas” — para garantir a participação da comunidade, “sem esquecer que quem escolhe também deve ter o direito de tirar”.

O também empresário Luís Estevão, do Grupo OK, disse que “finalmente o cidadão de Brasília, até com um certo atraso, exercerá o direito pleno da cidadania”. Estevão esquivou-se de declarar se as eleições deveriam ser em novembro deste ano ou em 90, mas afirmou que a data do pleito que escolherá o futuro governador do DF deve coincidir com o de presidente da República. Defendeu ainda o mandato-tampão, caso coincida com a de governadores.

Já Maria José da Concelção, presidente do Sindicato dos Médicos, entende que a autonomia política do DF “demorou”, mas demonstrou satisfação pelo fato de Brasília “deixar de ser tutelada pelo presidente da República”. Maria José considera a decisão um avanço, mas enfatiza que foi uma vitória do povo brasileiro e das associações representativas: “Não foi um presente; foi a demonstração de que quando a sociedade se une, a vitória é certa”.

## Secretário teme esvaziamento de verbas federais

Somente um acordo político entre o novo governador do Distrito Federal, a ser escolhido de acordo com as determinações da Constituinte, e o Presidente da República, poderá minimizar os problemas econômicos que o DF terá com a aprovação da autonomia política. A sugestão é do secretário de Assuntos Econômicos e Reforma Administrativa, Arlécio Gazal, que não vê “uma autonomia efetiva, em termos econômicos, pelo menos a curto ou médio prazo”.

Atualmente, o Distrito Federal depende em mais de 70% do repasse de recursos da União. As áreas de saúde e educação consomem 50% do orçamento, e por conta dos créditos suplementares abertos ao longo do ano, a dependência nunca diminuiu. Um dos grandes problemas em relação às áreas de segurança, saúde e educação, segundo o secretário Arlécio Gazal, é que não há uma “obrigação formal de se fazer a dotação de recursos da União e nenhuma lei ou decreto estabelece qualquer compromisso neste sentido”.

De acordo com o secretário de Assuntos Econômicos, a primeira providência do futuro governador, ao conviver com a autonomia política, será a de fazer gestões junto ao Governo Federal, de modo a garantir a continuidade dos recursos da União.

O acordo político, no entender de Arlécio Gazal, será inevitável, para que não se tenha prejuízos grandes na área social, principalmente educação e saúde. O secretário, sugere que o assunto seja tratado na legislação ordinária, para garantir os recursos, mas no próprio texto principal da Constituição já se deve assegurar prioridade para essas áreas, dificultando a inclusão do assunto em emendas posteriores.

O secretário de Assuntos Econômicos diz que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), a maior fonte de renda do Distrito Federal em termos de tributação, não cobre parcela significativa do orçamento, e que, a curto e médio prazo, “uma dotação maior de tributo não faria muita diferença”.